

ECONOMIA

P.06

ADMINISTRADOR DO NOVO BANCO ARGUIDO POR BRANQUEAMENTO DE CAPITALIS

PAÍS

P.05

HOMICIDA ENTREGA-SE À PJ SÓ DEPOIS DE NEGOCIAÇÃO COM PATRIARCA CIGANO

POLÍTICA

P.04

CHEGA CONTRA AMNISTIA PARA RECLUSOS PROPOSTA PELA IGREJA CATÓLICA

OPINIÃO

P.07

UM DIA NEGRO PARA BAIÃO

RAUL MELO
DEPUTADO

DESTAQUE

P.03

DEPOIS DA POLÉMICA JÁ HÁ UM NOVO SECRETÁRIO- GERAL DO GOVERNO E TEM 70 ANOS

Capture o código QR
e acompanhe Online



FN

Folha Nacional

ATUALIDADE

"ENCOSTEM OS BANDIDOS À PAREDE"

CHEGA QUER MAIS AÇÕES POLICIAIS CONTRA CRIMES E CONVOCA VIGÍLIA PARA SÁBADO

P. 02



"ENCOSTEM OS BANDIDOS À PAREDE". CHEGA QUER MAIS AÇÕES POLICIAIS

POR FOLHA NACIONAL

Após cerca de 20 dias de ter acontecido a operação da PSP na Rua do Benfornoso, no Martim Moniz, em Lisboa, esta ação policial ainda está a dar que falar. "Vergonhosa", "desnecessária" ou "humilhante" são três dos adjetivos mais utilizados pela esquerda e extrema-esquerda para caracterizar a ação policial que tinha como objetivo "alavancar a segurança e tranquilidade pública da população residente e flutuante", de acordo com o Comando Metropolitano de Lisboa da PSP. Fonte da PSP disse à Lusa que a operação focalizou-se em "deter suspeitos da prática de crimes de posse ilegal de arma e apreender armas que eventualmente sejam encontradas no interior de veículos de suspeitos e aumentar o sentimento de segurança das pessoas que habitualmente utilizam os transportes públicos, espaços que dão acesso a estes, bem como nas áreas adjacentes, fiscalizando os utentes suspeitos dos transportes públicos". Ainda assim, esta ação que aconteceu a 19 de dezem-

bro causou uma onda de contestação, principalmente por parte da esquerda e extrema-esquerda, que dura até ao dia de hoje. Por essa razão, um grupo de cidadãos de Lisboa lançou, na semana passada, uma petição pública 'online' em apoio à PSP e às restantes forças de segurança que atuam nas 24 freguesias do concelho. A iniciativa surgiu face a várias operações policiais contestadas. Os autores da petição identificam-se como residentes ou trabalhadores no concelho de Lisboa e manifestam o seu apreço pelo trabalho da PSP. Na descrição, elogiam o "esforço contínuo de prevenção, policiamento de proximidade e operações de combate ao crime" que, segundo afirmam, têm sido "uma constante ao longo dos anos". Em contrapartida, na segunda-feira, uma queixa sobre a ação na Rua do Benfornoso foi entregue à provedora de Justiça, Maria Lúcia Amaral. Filipa Bolotinha, responsável da Associação Renovar a Mouraria, entregou a queixa acompanhada por alguns deputados, como Isabel Moreira

e Eurico Brilhante Dias, do PS, Isabel Mendes Lopes, do Livre, ou Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda. Mas para o Presidente do CHEGA, "goste o primeiro-ministro ou não, goste a extrema-esquerda ou não, a polícia deve fazer este tipo de operações e continuar a fazê-lo em Portugal." "Quando acontece uma operação policial não pode existir medo de agir nem por causa da cor da pele, nem da religião dos envolvidos, nem da etnia. Uma operação policial tem de ser feita sem querer saber se gostamos ou não de ver as imagens. Uma operação policial não está dependente se um ministro gosta de ver as pessoas de costas para a parede ou viradas de frente para a parede. Tem de ser sobre se há tráfico de droga, assaltos aos comerciantes, assédio às mulheres, violações ou crimes sexuais", declarou André Ventura, em debate de urgência, na Assembleia da República, requerido pelo CHEGA sobre "o estado da segurança em Portugal". Nesta senda, Ventura defende que a polícia tem de "mostrar

autoridade" e considera que Portugal "tem sido tolerante demais" ao permitir o desenvolvimento de "bolhas de insegurança, de instabilidade, de impunidade".

"Nós temos que começar a dar o sinal de que, seja zona de criminalidade, seja zona de mais estrangeiros, seja zona de minorias, a polícia não tem medo e portanto quando é preciso lá ir, também vai, e não se diga que a polícia só vai porque estão ali estrangeiros", defendeu. O líder do CHEGA fez ainda sobressair que a política "estava mais do que legitimada para fazer esta ação" por estar a cumprir "vários mandados judiciais", considerando que "ao agir, e ao agir dentro da lei, muitas vezes no cumprimento de mandados judiciais, a polícia está a mostrar a autoridade".

Nós não temos mensagens de penas suspensas, de carinho nem de amor, dizemos 'encostem-nos à parede' uma e outra vez até eles perceberem que têm de ser encostados à parede. Encostem-nos à parede até acabarmos com eles e sermos um país de justiça e de segurança para todos!

Mas a criminalidade e a falta de segurança nas ruas que aumentaram graças à "imigração descontrolada em Portugal", provocada pelas "portas escancaradas", não são atos isolados, pois "a comunidade cigana continua a ter impunidade em Portugal". "É um caso atrás de outro, enquanto o país adormece e vira para o lado, sem perceber que há um problema real que tem de ser resolvido", condena Ventura, que sublinha que deve se impor "mão dura contra a criminalidade".

"O que pensa o Governo fazer para garantir que as nossas ruas não se transformam num 'faroeste' desnecessário, com crimes à luz do dia, com sangue a escorrer pelas nossas ruas? É hora de ser duro com o crime e é isso que esperamos que este Governo faça", completou, frisando que "a relação entre imigração, religião ou crime deve ser vista e analisada sempre com cuidado."

Pela Autoridade, Contra a Impunidade

Perante a operação da PSP na Rua do Benfornoso, a esquerda e a extrema-esquerda decidiram fazer uma manifestação em Lisboa, designada como "Não nos encostem à parede", este sábado, pelas 15h. Em resposta, o CHEGA fará uma vigília "pacífica e silenciosa", também no sábado, pelas 15H30, na Praça da Figueira, na Baixa de Lisboa. Isto porque é importante sair em defesa das forças de segurança, para potenciar o sentimento de segurança nas ruas, de forma a assegurar e a reforçar a confiança dos cidadãos nas forças de segurança. Nas palavras de Ventura, o objetivo desta vigília visa mostrar aos portugueses e aos estrangeiros que Portugal está seguro e que não tem medo nem das zonas do seu território onde a polícia não entra, pois é tempo de "encostá-los à parede até o crime acabar neste país." "Aos gandulos que incendeiam autocarros, encostem-nos à parede. Aos pedófilos que atacam crianças, encostem-nos à parede. Aos imigrantes ilegais, encostem-nos à parede. Aos que roubam e destroem, encostem-nos à parede. Nós não temos mensagens de penas suspensas, de carinho nem de amor, dizemos 'encostem-nos à parede' uma e outra vez até eles perceberem que têm de ser encostados à parede. Encostem-nos à parede até acabarmos com eles e sermos um país de justiça e de segurança para todos!", finalizou.





© REPÚBLICA PORTUGUESA

DEPOIS DA POLÉMICA JÁ HÁ UM NOVO SECRETÁRIO-GERAL DO GOVERNO E TEM 70 ANOS

POR FOLHA NACIONAL

A posição de novo secretário-geral do Governo ainda não tinha sido definida e o caso já tinha a sua dose de polémica. Além do salário avultado que iria receber o secretário-geral, as alterações cirúrgicas à lei feitas e que permitiriam ao antigo secretário de Estado receber o mesmo que o regulador dos bancos foram também alvo de críticas. A primeira escolha recaiu sobre Hélio Rosalino. O consultor do conselho de administração do Banco de Portugal (BdP) iria receber cerca de 15.905 euros por mês, o dobro que auferia o primeiro-ministro, Luís Montenegro, que ganha atualmente um salário bruto de aproximadamente 8.600 euros. De acordo com o Observador, Hélder Rosalino iria auferir um montante 160% superior ao estipulado para o cargo na lei, valor avançado inicialmente pelo Correio da Manhã, mas permitido pela legislação que possibilita ao dirigente optar pelo vencimento de origem. No esclarecimento, enviado a 28 de dezembro do ano passado, o supervisor sublinhou que não tinha qualquer intervenção nas alterações legislativas que definem o estatuto remuneratório do cargo, aprovadas pelo Governo através do Decreto-Lei n.º 43-B/2024, de julho, e do Decreto-Lei n.º 114-B/2024, publicado a 24 de dezembro. Antes de integrar o BdP, Hélder Rosalino desempenhou funções como secretário de

Estado da Administração Pública no executivo de Pedro Passos Coelho. O antigo administrador do BdP tomara posse a 1 de janeiro, mas rejeitou a posição.

O consultor do conselho de administração do Banco de Portugal iria receber cerca de 15.905 euros por mês, o dobro que auferia o primeiro-ministro, Luís Montenegro, que ganha atualmente um salário bruto de aproximadamente 8.600 euros

Perante a desistência, o Governo inclinou-se para Carlos Costa Neves, o antigo ministro do Ambiente. Contudo, esta escolha também não foge à contestação. Além de não ter sido a primeira escolha do Governo, o agora novo secretário-geral do executivo de Luís Montenegro já atingiu a idade em que os trabalhadores do Estado são obrigados a reformarem-se, cifrada nos 70 anos. Mas pode o antigo ministro ficar com o cargo? A verdade é que a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas exclui “casos de interesse público excepcional, devidamente fundamentado, e sem prejuízo das demais condições e requisitos” do Estatuto da Aposentação. Deste modo, Costa Neves fica com o caminho livre para gerir o novo órgão do Executivo, onde terá como uma das primeiras

funções completar o processo de extinção das secretarias-gerais, atualmente integradas em cada um dos ministérios do Governo e que serão absorvidas pelo novo organismo. Mas a polémica ainda não fica por aqui. De acordo com o Correio da Manhã, Carlos Costa Neves esteve envolvido no caso ‘Portucale’, que visava suspeitas de tráfico de influências para que um empreendimento turístico fosse construído em Benavente. Acabou por ser ouvido como testemunha. A escolha do supergestor não precisou de ir a concurso, com o Executivo a poder nomear quem achar indicado. No caso dos adjuntos é obrigatório passar pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRE SAP). Tal só ainda não aconteceu porque estes estão em regime de substituição. O novo cargo resulta do processo de extinção de três Secretarias-Gerais (PCM, Economia e Ambiente e Energia) e do CEGER (Centro de Gestão da Rede Informática do Governo), por fusão na Secretaria-Geral do Governo e demais entidades integradoras. Agora, o ministro das Finanças vai convocar uma reunião da comissão de vencimentos para avaliar os salários aplicados na administração do BdP. Joaquim Miranda Sarmiento já solicitou ao governador do supervisor, Mário Centeno, que designe um antigo governador que integre o Conselho Consultivo do BdP para integrar a Comissão de Vencimentos.



EDITORIAL

por **BERNARDO PESSANHA**
EDITOR DO FOLHA NACIONAL

O ABORTO MATA A LIBERDADE DE NASCER!

A esquerda e a extrema-esquerda decidiram trazer novamente a debate a questão do aborto, na Assembleia da República, usando-a, uma vez mais, como arma de arremesso político.

Quando PSD e PS andavam em negociações para a aprovação do Orçamento de Estado, eis que o Partido Socialista, numa tentativa de desviar as atenções sobre o facto de vir a ser a muleta do PSD, apresenta a proposta de alargar o prazo para a realização do aborto, por opção da mulher, das 10 semanas já previstas na lei para as 12 semanas. Como se não bastasse a iniquidade desta proposta, em claro desrespeito, mais uma vez, pelo direito à vida consignado na nossa Constituição, propõe-se ainda limitar o direito dos médicos à objeção de consciência, de tal forma que torna praticamente impossível o exercício deste direito básico pelos profissionais de saúde. Prolongar o prazo limite para a realização do aborto desprotege ainda mais o nascituro, que é, afinal, um ser humano em desenvolvimento, não existindo qualquer argumento científico que nos diga o contrário, sendo sempre um atentado contra a Vida.

Quanto à limitação da objeção de consciência dos médicos, trata-se de uma verdadeira afronta à sua autonomia e à sua liberdade individual. Convém recordar que se trata de um direito fundamental, protegido não só pela legislação nacional, mas também por diversas convenções internacionais de direitos humanos. Obrigar um profissional de saúde a praticar um aborto violando as suas convicções, configura uma forma de coação inaceitável que não é compatível com o Estado de Direito.

Estas propostas só podem ser vistas como mais um ataque à coesão moral da nossa sociedade e representam o avanço do totalitarismo. O CHEGA esteve, está e estará sempre a favor da vida, tal como tem demonstrado nas suas várias posições públicas, documentos fundacionais e no seu programa político, onde se reitera que “defende, nos termos Constitucionais, a inviolabilidade da vida humana em todas as suas fases e dimensões, com todas as consequências jurídicas daí decorrentes.”

Os Portugueses, nascidos e ainda não nascidos, podem contar connosco. Na defesa da liberdade, não podemos vacilar.

CHEGA É CONTRA AMNISTIA PARA RECLUSOS PROPOSTA PELA IGREJA CATÓLICA

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O CHEGA mostrou-se, na segunda-feira, contra o pedido da Igreja Católica para que seja concedida amnistia a reclusos, enquanto o PCP pondera acompanhar esta proposta e o BE irá apresentar uma iniciativa própria. A Lusa questionou os partidos políticos representados na Assembleia da República (AR) sobre a proposta que o cardeal e bispo de Setúbal, Américo Aguiar, entregou ao Parlamento, enquanto representante da Igreja Católica, depois de na semana passada ter exortado os deputados a equacionarem uma amnistia a presos no

contexto do Jubileu de 2025 da Igreja Católica e do 50.º aniversário do 25 de Abril. O CHEGA mostra-se “contra qualquer tipo de redução/perdão de penas”. Em declarações aos jornalistas no Parlamento, o líder do CHEGA disse que o partido “não vai acompanhar nenhuma iniciativa” relativa a amnistia de reclusos, considerando que traria um “problema de aumento de insegurança”. André Ventura defendeu que “não há motivo para entender que as condenações nos tribunais foram injustas ou persecutórias” e afirmou que uma pessoa condenada por um crime pode “recorrer

várias vezes” da sentença. Também a IL disse que, “por princípio”, é contra uma “intromissão reiterada do poder político em matérias que são da competência da Justiça”. O PAN esclareceu que não irá apresentar qualquer lei de amnistia, defendendo que esta medida “não faz sentido”, recordando que já se opôs, há dois anos, à chamada “amnistia papal”. Por seu turno, o PCP disse à Lusa que “pondera acompanhar a iniciativa” e que irá “avaliar o enquadramento e os critérios”. O BE “intervirá na discussão da petição em plenário, estando a trabalhar no senti-



© FOLHA NACIONAL

Em declarações aos jornalistas no parlamento, o líder do CHEGA disse que o partido “não vai acompanhar nenhuma iniciativa” relativa a amnistia de reclusos, considerando que traria um “problema de aumento de insegurança”.

do da apresentação de uma iniciativa própria”, indicou o partido. A Lusa contactou também PSD, PS, CDS-PP e Livre, sem obter resposta. O cardeal Américo Aguiar,

na qualidade de representante da Igreja Católica, entregou ao presidente da Assembleia da República (PAR) um pedido para uma amnistia para reclusos, no quadro do apelo feito pelo Papa no início do Jubileu. O pedido de uma amnistia foi feito pelo líder da Igreja na bula de proclamação do Jubileu católico, uma celebração que ocorre, de modo ordinário, a cada 25 anos e os bispos portugueses cumprem assim o pedido formal para que os deputados discutam a proposta. O pedido foi entregue na segunda-feira ao PAR e será também dirigido aos diferentes grupos parlamentares.

PARLAMENTO DA MADEIRA SUSPENDE PLENÁRIOS ATÉ DECISÃO DE MARCELO

FONTE: FN COM LUSA

A Conferência de Representantes dos partidos da Assembleia Legislativa da Madeira decidiu, na segunda-feira, suspender os plenários programados, até ser divulgada a decisão do Presidente da República sobre a situação política na região. O Governo Regional da Madeira está demitido depois de a Assembleia Legislativa da Madeira ter aprovado em 17 de dezembro, com votos a favor de todos os partidos da oposição — PS, JPP, CHEGA, IL e PAN, que juntos somam mais de metade dos deputados — uma moção de censura apresentada pelo CHEGA ao executivo insular minoritário do PSD chefiado por Miguel Albuquerque.

O Governo Regional da Madeira está demitido depois de a Assembleia Legislativa da Madeira ter aprovado em 17 de dezembro, com votos a favor de todos os partidos da oposição, uma moção de censura apresentada pelo CHEGA

A aprovação da moção de censura, inédita na Região Autónoma da Madeira, implicou, segundo o respetivo Estatuto Político-Administrativo, a demissão do Governo Regional, constituído a 6 de junho, que permanecerá em funções até à posse do novo executivo. Este executivo tomou posse após as eleições regionais antecipadas de 26 de maio, que ocorreram devido à queda do anterior gabinete por demissão de Miguel Albuquerque, após ter sido constituído arguido num processo sobre suspeitas de corrupção. O representante da República ouviu os partidos com assento no parlamento regional e comunicou que todos defendem eleições “o mais depressa possível”. Segundo o artigo 19.º da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, em caso de dissolução, o Presidente da República deve marcar a data da eleição dos deputados “com a antecedência mínima de 55 dias”.

SALÁRIOS NO BdP: CENTENO RESPONDE AOS DEPUTADOS GRAÇAS AO CHEGA



FONTE: LUSA TÍTULO: FN

Os deputados aprovaram na quarta-feira por unanimidade um requerimento do CHEGA para o governador do Banco de Portugal (BdP), Mário Centeno, ser ouvido sobre a política de recursos humanos do BdP, nomeadamente as remunerações dos consultores. No requerimento, o CHEGA aponta, sem referir nomes, o caso recentemente vindo a público de um dos quadros do BdP “a exercer funções de consultor do Conselho de Administração, e a

No requerimento, o CHEGA aponta, sem referir nomes, o caso recentemente vindo a público de um dos quadros do BdP “a exercer funções de consultor do Conselho de Administração, e a auferir uma remuneração de cerca de 15 mil euros”

auferir uma remuneração de cerca de 15 mil euros”.

Notando que não existe informação sobre as tarefas específicas destes consultores, nem quantas pessoas estão a exercer este tipo de funções no presente momento, nem informação sobre quais os critérios de recrutamento específicos para este tipo de funções e que a lei orgânica do Banco de Portugal também não é explícita sobre o tema, o partido justifica assim, o pedido de audição a Mário Centeno. Esta iniciativa surge depois da polémica criada pelo convite do Governo ao agora consultor do BdP, Hélder Rosalino, para liderar a secretaria-geral do Governo, com um salário de 15 mil euros. A entidade liderada por Mário Centeno recusou assumir este encargo e, entretanto, Hélder Rosalino recuou. Além de Mário Centeno, será também chamada à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, a administradora do BdP, Helena Martins Adegas, a quem está atribuído o Departamento de Pessoas e Estratégia Organizacional (DPE). A sugestão para que a administradora fosse também ouvida partiu de Hugo Carneiro, do PSD, tendo sido aceite. Na apresentação do requerimento, o deputado Rui Afonso do CHEGA salientou a necessidade de o país ser informado sobre os custos em que incorre uma instituição como o BdP.

© FOLHA NACIONAL

FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS CONTRA REVISÃO DA CARREIRA AMEAÇAM COM PROTESTOS



FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O Sindicato dos Funcionários Judiciais (SFJ) convocou um protesto silencioso frente ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ) na abertura do ano judicial, contra a proposta de revisão da carreira, e admite futuros protestos conjuntos com o outro sindicato do setor.

Em comunicado divulgado, o SFJ confirmou a presença dos dirigentes nacionais do sindicato junto ao STJ na próxima segunda-feira, 13 de janeiro, na cerimónia de abertura do ano judicial, num protesto que terá a presença de todos os oficiais de justiça "que queiram participar, de forma silenciosa", envergando as habituais t-shirts pretas usadas nas manifestações, onde se lê "Justiça para quem nela trabalha". "Esta ação, silenciosa, pretende tão somente (re)lembrar a todos os que fazem parte do 'edifício' da Justiça, bem como ao poder político e executivo, que existe uma classe que todos reconhecem como injustiçada há demasiados anos e que é fundamental para que esse 'edifício' funcione em prol do cidadão e do Estado de Direito, a qual carece da devida e merecida revalorização", justifica o SFJ. O sindicato adianta que já

contactou o Sindicato dos Oficiais de Justiça (SOJ), a outra estrutura sindical representativa do setor, para uma reunião, para avaliar a "possibilidade de ser dada uma resposta conjunta, contundente e concertada" à proposta de revisão da

No final de dezembro, quando o Ministério da Justiça fez chegar aos sindicatos a sua proposta para revisão da carreira de oficial de justiça, o Sindicato dos Funcionários Judiciais classificou-a como uma proposta para "gozar com quem trabalha"

carreira apresentada pelo Governo, que o SFJ criticou duramente. O SFJ admite ainda a "divulgação de outras ações futuras, nomeadamente de forma conjunta, e cuja efetiva concretização dependerá do resultado da reunião com o SOJ e da abertura negocial do Governo na reunião do próximo dia 16 de janeiro". No final de dezembro, quando o Ministério da Justiça (MJ) fez chegar aos sindicatos a sua proposta para revisão da

carreira de oficial de justiça, o SFJ classificou-a como uma proposta para "gozar com quem trabalha" e pôs fim ao "benefício da dúvida" que o sindicato tinha dado a este Governo e ao ministério de Rita Alarcão Júdice. O sindicato exige a transição de todos os profissionais para uma categoria de grau de complexidade III, equivalente a técnico superior na administração pública, "sem quaisquer exceções ou condicionantes", assim como "uma efetiva e substancial valorização remuneratória". Esta era a expectativa para as negociações no âmbito da revisão do Estatuto dos Funcionários Judiciais, e que levou o SFJ a chegar a acordo com a tutela no ano passado para uma valorização do suplemento de recuperação processual, desconvocando as greves em curso. Já o SOJ, que não chegou a acordo com a tutela, mantém greves convocadas. Numa reunião em dezembro no MJ com os sindicatos, o Governo fez saber que exigia paz social para negociar a revisão do Estatuto dos Funcionários Judiciais, num processo que arranca a 16 de janeiro e cujo calendário prevê que termine a 26 de fevereiro.

FNAM PEDE EXPLICAÇÕES SOBRE ACORDO ENTRE GOVERNO E MÉDICOS

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A Federação Nacional dos Médicos (FNAM) pediu acesso ao texto do acordo entre o Governo e o Sindicato Independente dos Médicos (SIM), levantando várias dúvidas sobre os progressos anunciados. Numa carta aberta enviada à ministra da Saúde, a FNAM considera que o Ministério da Saúde continua a "confundir o conceito de revisão salarial com valorização/progressão remuneratória", pedindo que o Governo apresente "por categorias e por escalões ou níveis da TRU [Tabela Remuneratória Única]" quais as alterações em 2025, 2026 e 2027, separadamente. Quando anunciou o acordo, no final de 2024, o SIM disse que estava previsto um aumento salarial médio de 10% até 2027. No início do ano, o Ministério da Saúde explicou que "a proposta do Governo assegura a revisão da tabela remuneratória e a valorização." A FNAM pede que o Ministério da Saúde separe o que são, efetivamente, aumentos retributivos das valorizações remuneratórias, por alteração do posicionamento na TRU, considerando que, o único aumento retributivo "decorre do aumento anual para a função pública, que será aplicável também aos médicos com contrato individual de trabalho".

HOMICIDA ENTREGA-SE À PJ SÓ DEPOIS DE NEGOCIAÇÃO COM PATRIARCA CIGANO

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O atirador do Palácio do Gelo em Viseu, José Carlos, de 24 anos, entregou-se na terça-feira à Polícia Judiciária (PJ) de Coimbra, depois de uma intensa negociação com o patriarca da comunidade. De acordo com o Correio da Manhã, a PJ temia que houvesse retaliações e nos últimos dias falou com os patriarcas das duas comunidades. Os factos tiveram origem numa alteração entre membros de duas famílias, que se encontravam no espaço. José Carlos pertence à família dos 'amarelos', conhecida pelas autoridades por vários crimes, e que é natural da Régua, mas reside em Viseu. As vítimas, duas mulheres um homem, pertencem a uma família rival. À Lusa, fonte da PJ explicou que "surgiu uma discussão por circunstâncias não apuradas, com os familiares do lado do arguido também a entrarem na discussão. A discussão evoluiu para agressões físicas, de parte a parte, o arguido também se envolveu e foi à sua viatura, que estava estacionada junto à entrada [do centro comercial], foi buscar a arma e disparou", afirmou a mesma fonte.

INQUÉRITO VAI AVALIAR BEM-ESTAR DOS JOVENS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A Plataforma de Jovens Profissionais de Saúde lançou, na terça-feira, um inquérito 'online' para avaliar o bem-estar de jovens médicos, farmacêuticos e enfermeiros até aos 35 anos, identificando os maiores desafios que enfrentam atualmente no setor. "O barómetro pretende clarificar a realidade dos jovens profissionais de saúde, compreender quais são os maiores desafios que os jovens enfrentam e o que os fideliza à sua profissão e às suas equipas", explica Xavier Canavilhas, representante da Plataforma. "Será a base para a criação do 'Barómetro dos Jovens Profissionais de Saúde em Portugal', uma ferramenta estratégica para compreender os desafios e oportunidades enfrentados por estes profissionais", lê-se. "Num momento em que a saúde é um dos temas mais debatidos no país, acreditamos que vamos trazer respostas para tomadas de decisão mais eficazes sobre o futuro destes profissionais. Esta ferramenta é uma importante auscultação à sociedade, por isso, apelamos à participação de todos os profissionais de saúde, como médicos, farmacêuticos, enfermeiros, médicos-veterinários entre outras classes", indica Xavier Canavilhas.

QUASE DOIS MILHÕES VIVEM EM PORTUGAL COM MENOS DE 632 EUROS MENSAIS

FONTE: FOLHA NACIONAL

São cerca de 1,8 milhões de pessoas a viver em pobreza monetária em Portugal e cerca de um quinto da população vive em exclusão social. Segundo os dados do estudo "Portugal Desigual", da Fundação Francisco Manuel dos Santos, a que a SIC Notícias teve acesso, quase dois milhões vive em Portugal com menos de 632 euros por mês. De acordo com a análise, Portugal permanece como um dos países mais desiguais da União Europeia (UE). "Em 2022, era o quarto com mais desigualdades e tinha, em 2024, um quinto da população, em situação de pobreza ou exclusão social", cita a SIC Notícias.

Por faixas etárias, os idosos são os mais atingidos com um agravamento de 5% entre 2022 e 2023, situando-se agora acima dos 21%. Do outro lado da balança, estão os jovens e as crianças com a incidência da pobreza a cair para 17,8%, o valor mais baixo desde 2003. No cenário geral, os indicadores de privação material e social mostram uma evolução positiva, contudo, "a existência de dificuldade no pagamento de contas regulares subiu, um facto a que não será alheio o agravamento dos preços, em particular os da habitação", refere o estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Em paralelo, o estudo faz ainda sobressair as elevadas taxas de pobreza das famílias monoparentais e das famílias com três e mais crianças e a persistência de 9% de trabalhadores em situação de pobreza que "revela disfunções no funcionamento do mercado de trabalho resultantes de baixos salários e de contratos precários". O estudo conclui, também, que se não houvesse prestações sociais por parte do Estado, a pobreza em Portugal seria superior a 40%, atingindo quase metade da população. A análise inclui um retrato da evolução da pobreza nos últimos 30 anos e revela um agravamento da taxa de pobreza dos idosos.



ADMINISTRADOR DO NOVO BANCO ARGUIDO POR BRANQUEAMENTO



FONTE: FOLHA NACIONAL

Novo Banco anunciou, na terça-feira, que demitiu "com efeitos imediatos" Carlos Brandão do cargo de membro do Conselho de Administração Executivo e 'Chief Risk Officer'. Logo a seguir foi constituído arguido. Em causa estão "operações financeiras suspeitas realizadas na sua esfera pessoal" e a decisão tem "efeitos imediatos". "As operações em causa não estão relacionadas nem envolvem, de forma alguma, o Banco e, como tal, não têm

qualquer impacto nos clientes, em contas ou operações de clientes, na posição financeira ou na atividade do Banco, nas suas operações comerciais, no sistema de gestão de riscos nem nos seus colaboradores", pode-se ler no documento. Num comunicado, enviado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), a que o Folha Nacional teve acesso, o banco referiu que a "decisão foi tomada no seguimento da identificação, através de processos inter-

nos do Banco, de operações financeiras suspeitas realizadas na sua esfera pessoal, as quais deram origem a uma denúncia às autoridades". Após esta deliberação, Carlos Brandão foi constituído arguido, por suspeitas de branqueamento e falsificação, confirmou à Lusa fonte ligada ao processo, após nota da Procuradoria-Geral da República (PGR).

A decisão foi tomada no seguimento da identificação, através de processos internos do Banco, de operações financeiras suspeitas realizadas na sua esfera pessoal, as quais deram origem a uma denúncia às autoridades

"No âmbito de inquérito dirigido pela 4.ª secção do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), estão a ser realizadas diligências de busca para identificação e apreensão de documentos e outros meios de prova de interesse para a descoberta da verdade", anunciou a PGR, em nota publicada na sua página oficial. Recorde-se que Carlos Brandão tornou-se no novo diretor de risco do Novo Banco, a 17 de julho de 2017.

DESEMPREGO AUMENTA PARA O VALOR MAIS ALTO DESDE OUTUBRO DE 2023

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A taxa de desemprego situou-se nos 6,7% em novembro, 0,1 pontos percentuais (p.p.) acima de outubro, e o valor mais elevado desde outubro de 2023, segundo dados provisórios divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). "A taxa de desemprego situou-se em 6,7%, valor superior ao de outubro (0,1 p.p.), ao de agosto de 2024 (0,3 p.p.) e ao de novembro de 2023 (0,2 p.p.)", avança o INE nas "Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego". Segundo refere, trata-se do nível "mais elevado desde outubro de 2023, quando igualou esse valor [6,7%]". De acordo com o INE, em novembro de 2024, a população desempregada (363,8 mil) aumentou 0,3% em relação ao mês anterior, 5% relativamente a três meses antes e 3,1% face a novembro de 2023. Já a população empregada (5.107,0 mil) aumentou em relação ao mês anterior (1,5 mil, a que correspondeu uma variação relativa quase nula), a três meses antes (0,3%) e a um ano antes (1,3%), atingindo o valor mais elevado desde o início da série iniciada em fevereiro de 1998.

A taxa de desemprego situou-se nos 6,7% em novembro, 0,1 pontos percentuais (p.p.) acima de outubro, e o valor mais elevado desde outubro de 2023, segundo dados provisórios do Instituto Nacional de Estatística

Em máximos desde o início da série fixou-se também a população ativa (5.470,9 mil), que aumentou relativamente a outubro de 2024 (2,6 mil, uma variação relativa quase nula), a agosto do mesmo ano (0,6%) e a novembro de 2023 (1,4%), enquanto a população inativa (2.484,1 mil) cresceu 0,3% face ao mês anterior e diminuiu 0,4% em relação a três meses antes e 0,3% em comparação ao mesmo mês de 2023. Em novembro, a taxa de subutilização do trabalho situou-se em 11%.

GOVERNO INGLÊS ESCONDE VIOLAÇÕES POR IMIGRANTES

FONTE: FOLHA NACIONAL

O primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, tem sido acusado de esconder a identidade de vários dos violadores do escândalo dos 'gangs' de abusadores, por se tratar de imigrantes islâmicos. Segundo a imprensa britânica, assistentes sociais e funcionários do Ministério do Interior evitaram deliberadamente agir em nome do que chamaram de "relações comunitárias." "Fizeram-no para defender um modelo falhado de multiculturalismo e para evitar colocar questões difíceis sobre os fracassos da imigração", escreve o jornal The Free Press. Os imigrantes islâmicos abordavam raparigas adolescentes, pré-adolescentes ou até mesmo crianças, socialmente vulneráveis – pobres ou órfãs – com doces, viagens de táxi ou drogas, forçando-as posteriormente a ter relações amorosas ilícitas, antes de serem repetidamente drogadas e vendidas sexualmente a dezenas (e nalguns casos a centenas) de homens ao longo de vários meses e anos, algumas acabando mesmo por morrer. Este padrão repetiu-se em cerca de 50 cidades em todo o país de sua majestade, incluindo Oxford e Bristol. Um inquérito de 2014 aponta para cerca de 2400 crianças abusadas por este 'gang' composto por imigrantes de origem paquistanesa e estima ainda que cerca de 1.400 crianças foram violadas só em Rotherham. A maioria das vítimas eram brancas e a maior parte dos seus agressores eram de origem muçulmana do Paquistão e do Bangladesh. Este escândalo vem reforçar a necessidade, cada vez mais evidente, de reforçar o controlo de fronteiras na Europa para que se evite casos semelhantes.



OPINIÃO

por RAUL MELO | DEPUTADO

UM DIA NEGRO PARA BAIÃO

A transladação dos restos mortais de Eça de Queirós para o Panteão Nacional marca um momento de tristeza e perda para Baião, um território que, mais uma vez, se vê enfraquecido e despojado de um dos seus maiores símbolos culturais. A história dos restos mortais do escritor já é longa e sinuosa: enterrado inicialmente em França após a sua morte, foi trasladado para Lisboa e graças ao esforço incansável da família, em particular de D. Maria da Graça, encontrou finalmente repouso no cemitério de Santa Cruz do Douro, em Baião, junto à Fundação Eça de Queiroz, em perfeita harmonia com o local que tanto inspirou a sua obra. Agora, perante a decisão da transladação dos restos mortais para o Panteão Nacional, a sensação é de traição e desrespeito, tanto para o escritor como para o povo de Baião. Eça de Queirós merece, sem dúvida, honras de Panteão Nacional, pois é inegável o seu lugar no panteão da literatura portuguesa e mundial. Contudo, isso não deveria significar a remoção dos seus restos mortais de Baião, um lugar que eleva a sua memória ao colocá-lo no contexto rural que tanto permeia a sua obra.

Esta decisão não só ignora os desejos de uma parte da família de Eça de Queirós, como também desconsidera a vontade da maioria dos baionenses, que sempre viram no escritor um motivo de orgulho e uma ligação viva à sua identidade cultural. O responsável por este processo foi José Luís Carneiro, então presidente da Câmara Municipal de Baião, que em vez de proteger o legado cultural do território que representava, cedeu à ideia de retirar o escritor do lugar que tanto significava para ele e para a sua memória. Esta perda não traz qualquer ganho a Baião. Pelo contrário, priva o território de um dos seus maiores patrimónios, num momento em que o interior do país já enfrenta desafios em manter a sua relevância cultural e económica. José Luís Carneiro, enquanto presidente e filho da terra, deveria ter sido o primeiro a defender a permanência de Eça em Baião. Porém, ao permitir este desfecho, traiu o concelho, os baionenses e a memória do escritor. Baião fica mais pobre com esta decisão, e o Panteão Nacional, embora enriqueça com a presença simbólica de Eça, não pode compensar o vazio deixado na terra que o acolheu.

MINISTRO DO INTERIOR FRANCÊS DEFENDE REFORÇO DE MEDIDAS ANTITERRORISTAS

FONTE: LUSA

O ministro do Interior francês, Bruno Retailleau, apelou a um reforço da segurança antiterrorista referindo-se aos recentes ataques na cidade alemã de Magdeburgo e em Nova Orleães, nos Estados Unidos. "Trata-se de uma medida de prevenção. Mas o que aconteceu na Alemanha e em Nova Orleães [EUA] mostra que temos de manter um elevado nível de prudência", explicou Retailleau, numa entrevista à estação de rádio RTL, referindo-se a uma diretiva que foi dirigida aos responsáveis regionais franceses. "A ameaça nunca esteve tão presente", sublinhou o ministro numa outra entrevista ao diário Le Parisien, na qual recordou que, em 2024, foram impedidos nove atentados levados a cabo por radicais islâmicos em França, o número mais elevado desde 2017. Para o responsável pelo Ministério do Interior (correspondente ao Ministério da Administração Interna), os números "significam que a ameaça continua presente", acrescentando que "o terreno fértil da ameaça é o extremismo islâmico".

PRIMEIRO-MINISTRO CANADIANO ANUNCIA A DEMISSÃO



FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O primeiro-ministro canadiano, Justin Trudeau, anunciou, na segunda-feira, a sua demissão, indicando que se manterá no cargo até que o seu partido escolha um sucessor. "Tenciono demitir-me do cargo de líder do partido e de primeiro-ministro assim que o partido tiver escolhido o seu próximo líder", disse. Justin Trudeau, 53 anos, estava sob pressão há semanas, com a aproximação das eleições gerais numa altura em que o Partido Liberal do Canadá (PLD) está mal colocado em diversas sondagens. "Retirar-me da equação como o líder que vai disputar as próximas eleições pelo Partido Liberal também deve diminuir o nível de polarização a que estamos a assistir neste momento no Parlamento e na política canadiana", referiu.

IRÃO INICIA MANOBRAS PARA DEFESA AÉREA DA CENTRAL NUCLEAR

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O Irão iniciou, na terça-feira, manobras militares destinadas a reforçar a defesa aérea da central nuclear de Natanz, perante a possibilidade de um ataque às suas instalações, depois de os Estados Unidos terem avertido tal hipótese. As manobras, designadas Eqtedar 1403 (Poderio 1403), estão a ser realizadas conjuntamente pelo Exército e a Guarda Revolucionária Iranianos no perímetro da defesa aérea da central nuclear de Natanz, no centro do país, informou a agência noticiosa IRNA. "Nesta fase das manobras, as unidades de defesa aérea estão a levar a cabo uma defesa abrangente do complexo nuclear contra um grande número de ameaças aéreas em condições difíceis de guerra eletrónica", indicou o general de brigada Qader Rahimzade, comandante da Base de Defesa Aérea Khatam Al-Anbia do Exército. No primeiro dia dos exercícios militares, que se prolongarão até meados de março, foram apresentados os novos sistemas de defesa aérea de produção nacional.

MORREU O ANTIGO LÍDER POLÍTICO JEAN-MARIE LE PEN

O líder histórico da direita radical francesa, Jean-Marie Le Pen, pai de Marine Le Pen, morreu, aos 96 anos, anunciou, na terça-feira, a família à agência France-Press (AFP). "Jean-Marie Le Pen, rodeado pela sua família, foi chamado de volta a Deus às 12:00 [11h00 em Lisboa] de terça-feira", declarou a família num comunicado enviado à AFP.

META ACABA COM O 'FACT CHECKING' NOS ESTADOS UNIDOS

A Meta vai acabar com o seu programa de verificação de factos nos Estados Unidos, dando um passo atrás no combate à desinformação, avançou o fundador da empresa, Mark Zuckerberg. Segundo o fundador do Facebook, "os verificadores têm sido demasiado orientados politicamente e têm contribuído mais para reduzir a confiança do que para a melhorar, especialmente nos Estados Unidos". O anúncio da Meta (Facebook, Instagram, WhatsApp) surge numa altura em que os eleitores republicanos se têm queixado repetidamente dos programas de verificação de factos, comparando-os a programas de censura.

PORTUGAL CONDENADO POR VIOLAR DIREITOS DE PAI E FILHO MENOR

O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) condenou o Estado português a pagar 20 mil euros a um pai e ao filho menor, considerando que foram violados os direitos de ambos quando a criança foi devolvida à mãe, em 2018. O acórdão do TEDH diz que as autoridades e a justiça portuguesas não investigaram a origem das escoriações nem os alegados maus-tratos cometidos pela mãe.



PORTUGAL REAL

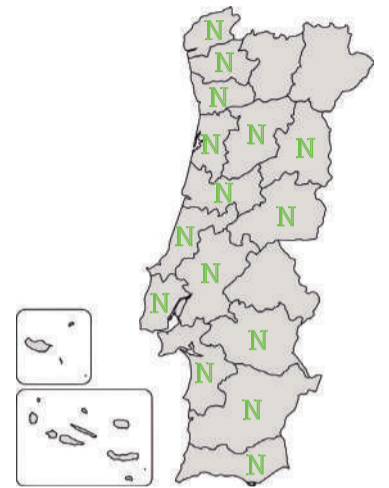
CHEGA NA SERTÃ FAZ BALANÇO DO MANDATO



O CHEGA na Sertã, liderado pela deputada municipal Cátia Pinto, fez um balanço de mandato, chamando à responsabilidade o executivo camarário e as suas promessas não cumpridas. Nas últimas autárquicas, o executivo eleito baseou o seu programa em quatro eixos considerados "fundamentais", como "dinamizar a economia, gerar condições para a criação de emprego, aumentar a qualidade de vida dos munícipes e garantir justiça e igualdade de oportuni-

dades para todos". Volvidos quase quatro anos, o CHEGA concluiu que o executivo fez pouco ou nada do seu programa eleitoral de 2021. A este facto junta-se a agravante de que o Orçamento da Câmara teve um aumento de 26 milhões de euros para 38 milhões de euros. Assim, o CHEGA vinca que não abdica das suas bandeiras de desagravamento dos impostos, do investimento na educação e no parque escolar, na saúde e na fixação dos jovens no concelho.

O Folha Nacional em Portugal



Cultura

UNIVERSIDADE DE COIMBRA INAUGURA EXPOSIÇÃO SOBRE FACETAS DE CAMÕES

A exposição 'Camões 500', na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC), ficará patente até 10 de junho, com entrada gratuita e "reflete a relevância contínua do poeta e da sua obra no panorama cultural e literário global" quinhentos anos depois da data provável da sua morte.

PROGRAMA DOS 700 ANOS DA MORTE DE D. DINIS ABRIU COM EXIBIÇÃO DO REI EM 3D

O programa evocativo dos 700 anos da morte do rei D. Dinis (1261-1325), no Mosteiro de Odivelas, realizou uma cerimónia de apresentação da reconstituição científica do rosto do monarca, realizada através de impressão 3D.

RESTOS MORTAIS DE EÇA DE QUEIROZ FORAM TRASLADADOS PARA O PANTEÃO NACIONAL

A trasladação dos restos mortais de Eça de Queiroz para o Panteão Nacional, em Lisboa, contou com uma cerimónia na Assembleia da República e com leitura de excertos de obras no Panteão Nacional. A trasladação aconteceu 125 anos após a morte do escritor, quatro anos depois de aprovada pelo Parlamento e quando terminou uma contenda judicial.

Insólito da Semana

JÁ 'NAÍNA' AS SANITAS ESTÃO SEGURAS!

Se esta moda pega, os políticos terão de renovar o WC sempre que forem eleitos. Este insólito aconteceu no Brasil, com a vereadora Janaína Lima, que ao não conseguir a reeleição para a Câmara de São Paulo, levou a sanita e dois lavatórios da casa de banho do seu gabinete. Confrontada com a situação, a ex-vereadora negou tudo, mas teve azar, pois foi apanhada nas imagens de videovigilância.

CANAL DE DENÚNCIAS

DÁ ESPAÇO À TUA VOZ E À TUA CIDADANIA!



euvi!



O canal seguro e confidencial para o cidadão.
Envia-nos a tua denúncia através do e-mail
euvi@folhanacional.pt

Capture o código QR e acompanhe Online ►



O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES, PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA, NUMA PRÉMISSA DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM O PESO EXCESSIVO DO ESTADO, SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGE-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPEITEM OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTES NA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÁ.

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUBDIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA EMAIL GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 12 44 MORADA DA REDAÇÃO E DO EDITOR (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LUPI, Nº 12, 1200-725 LISBOA NIF 515 540 420 NÚMERO DE REGISTO ERC 127829 IMPRESSÃO EMPRESA GRÁFICA FUNCHALENSE, S.A RUA DA CAPELA NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO 50, 2715-311 PÉRO PINHEIRO SÍTIO OFICIAL FOLHANACIONAL.PT TIRAGEM SEMANAL 28 600 UNIDADES